

mosteiro

MOSTEIRO DE SÃO PEDRO DE FERREIRA





## 1. O Mosteiro na Época Medieval

205

O Mosteiro de São Pedro de Ferreira, situado no concelho de Paços de Ferreira, é um notável testemunho da qualidade arquitectónica e escultórica que o românico português logrou alcançar em alguns exemplares.

As origens deste mosteiro são muito anteriores à arquitectura que a igreja actualmente apresenta, devendo recuar ao século X, como parece indiciar a referência que lhe é feita no testamento de Mumadona Dias, datado de 959, no qual a condessa enumera os bens que doou ao mosteiro de Guimarães<sup>1</sup>.

Desta época nada resta da construção do templo, uma vez que os elementos mais antigos, que já não se encontram *in situ*, devem ser identificados com a primeira igreja românica, que terá sido erguida entre finais do século XI e os inícios do século XII. Estes elementos, revelados aquando do restauro que a DGEMN realizou na década de 30 do século XX, correspondem, segundo Manuel Real, à primeira fase do estilo românico português<sup>2</sup>.

Entre os vestígios arqueológicos deste primeiro templo românico, Manuel Real identificou algumas parcelas de frisos, semelhantes aos frisos mais antigos das igrejas do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), de São Salvador de Travanca (Amarante) e de São Martinho de Manhente (Barcelos), bem como outras peças, decoradas com palmetas, semelhantes às de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) e de Santa Marinha de Águas Santas (Maia). Estas peças, remanescentes da primeira igreja românica de São Pedro de Ferreira, constituem importantes elementos não só para o conhecimento da primitiva igreja, como também para o estudo da fase inicial do estilo românico em território português<sup>3</sup>.



1. Implantação do Mosteiro de São Pedro de Ferreira.

1 REAL, Manuel Luís – «A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística». Sep. de *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira, 1986, pp. 249-250.

2 IDEM, *ibidem*, pp. 250-251.

3 IDEM, *ibidem*, p. 252.



Segundo aquele autor, que dedicou a esta igreja uma notável monografia, os cónegos da Sé do Porto tinham, em 1195, direitos sobre uma parcela do Mosteiro de São Pedro de Ferreira. Estes direitos eram partilhados com alguma das famílias estabelecidas na região, dominada pela velha nobreza condal dos Sousas e dos da Maia<sup>4</sup>.

Embora a tradição associe o mosteiro à Ordem do Templários, Manuel Real já esclareceu que São Pedro de Ferreira, inicialmente ocupado por monges e na dependência de famílias patronais, foi posteriormente uma Colegiada instituída em data anterior a 1182, tendo transitado, ainda no século XII, para a posse parcial da diocese do Porto<sup>5</sup>.

As Inquirições de 1258 testemunham a permanência da tradição patrimonial laica já que aí se refere que São Pedro de Ferreira *est Militum et Divitum hominum* ou seja, era pertença de cavaleiros e ricos-homens<sup>6</sup>. O Mosteiro de São Pedro de Ferreira é um edifício muito singular, de grande qualidade construtiva e decorativa e, segundo C. A. Ferreira de Almeida, é um dos mais elaborados e cuidados monumentos do românico português<sup>7</sup>.

É de salientar que as igrejas românicas portuguesas, apesar da sua aparente simplicidade correspondem, habitualmente, a edifícios muito bem construídos tanto na forma como se erguem os muros, sempre em fiadas pseudo-isódomas de silhares muito bem esquadriados, como na maneira de alçar os portais ou de abobadar a cabeceira. A igreja devia ser construída com magnificência, já que era uma imagem da *Jerusalém Celeste* e outro *templo de Salomão*. Só uma construção cuidada estava em harmonia com o sagrado e só assim prestigiava o encomendador e a comunidade que servia<sup>8</sup>.

4 REAL, Manuel Luís – «A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística». Sep. de *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira, 1986, pp. 252-254.

5 IDEM, *ibidem*, pp. 255-255.

6 IDEM, *ibidem*, p. 252.

7 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 92.

8 ALMEIDA, C. A. Ferreira de – «O Românico». In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 75.



Composto por uma nave coberta de madeira, o Mosteiro de São Pedro de Ferreira tem uma cabeceira abobadada que se organiza em dois tramos, sendo o primeiro mais largo e mais alto, adoptando uma solução muito própria do românico do Alto Minho, cujas influências se reportam à arquitectura própria da região abrangida pela Diocese de Tui.

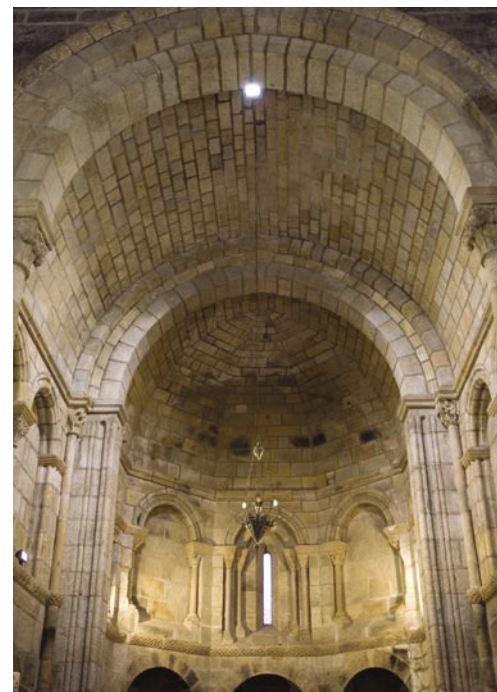
A fronteira política entre Portugal e Galiza, materializada pelo Minho, não correspondia a uma fronteira eclesiástica, uma vez que esta mancha do território pertenceu à Diocese de Tui até 1381.

Nas igrejas dos antigos mosteiros de São Salvador de Ganfei (Valença), Sanfins de Friestas (Valença) e São João de Longos Vales (Monção), a escultura arquitectónica segue claramente modelos do transepto da Sé de Tui, bem como outras tipologias muito difundidas na Galiza, principalmente na província de Pontevedra durante os meados e a segunda metade do século XII.

Internamente, a cabeceira de São Pedro de Ferreira é poligonal, embora seja semicircular pelo lado exterior. Com dois andares, o primeiro de arcadas-cegas, duas das quais em mitra e o segundo com alçado em arcadas que alternam com frestas, a sua capela-mor é relativamente alta e mais ainda o é o corpo da nave, oferecendo uma espacialidade bem protogótica. O primeiro tramo é, como já foi referido, mais alto e mais largo, apresentando uma solução semelhante à da igreja paroquial de Fervença (Celorico de Basto). O arco toral da cabeceira apoia-se em pilastras salientes, adornadas por escócias, numa solução invulgar no românico português.



3. A cabeceira da igreja, de planta semicircular é rematada por cornija sobre arcatura que assenta em cachorros lisos à semelhança dos absidiolos do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro e das naves do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa.



4. A cabeceira abobadada organiza-se em dois tramos, adoptando uma solução muito característica de alguns exemplares do românico do Alto Minho.

No arco cruzeiro há capitéis semelhantes aos de Fervença (Celorico de Basto), de Valdreu (Vila Verde) e de Ermelo (Arcos de Valdevez) que, embora derivados dos modelos do Alto Minho, são de tratamento menos volumoso.

A fachada principal apresenta o portal inserido em corpo pentagonal, solução comum às igrejas do Salvador de Unhão, São Vicente de Sousa e Santa Maria de Airães, situadas no concelho de Felgueiras. O amplo portal axial, com quatro colunas de cada lado, duas das quais prismáticas, está muito bem desenhado, mostrando um tratamento decorativo de acentuado valor. A sua ornamentação, muito original no panorama do românico português, é feita por um recorte toreado no extradorso das arcadas, acentuado por um largo furo. Segundo C. A. Ferreira de Almeida, esta decoração, que tem sido comparada com a do *Portal del Obispo* da Catedral de Zamora, mostra acentuadas diferenças com aquele exemplar<sup>9</sup>. O padrão decorativo do portal de Ferreira não provirá daí, estando muito mais próximo do que se conserva em San Martiño de Salamanca e, mais ainda, das soluções decorativas das arcadas próprias da arte almóada de Sevilha da segunda metade do século XII.

Ainda neste portal há semelhanças com modelos originários da Sé de Braga. A Sé de Braga e a igreja do antigo mosteiro beneditino de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) correspondem a estaleiros românicos onde se caldearam e a partir dos quais se difundiram modelos formais e temáticos que chegaram a várias igrejas da zona de Braga e Guimarães, das Bacias do Ave e do Sousa.

O actual edifício românico da Sé de Braga, que teve sucessivas alterações ao longo do tempo, deverá ter tido início na década de 30 do século XII, como demonstram as bases e os capitéis das parcelas mais antigas. O portal ocidental, embora tenha sofrido alterações nos inícios do século XVI, apresenta ainda um programa escultórico da segunda metade do século XII, com capitéis muito originais na forma do cesto e no tipo de decoração vegetalista. Na Sé de Braga há igualmente capitéis de ascendência provençal e borgonhesa, como aliás acontece em São Pedro de Rates.

É de assinalar a qualidade da escultura dos capitéis dos portais laterais de São Pedro de Ferreira, uns com laçarias e animais e outros com decoração vegetal, que se assemelham a motivos utilizados em Salvador de Unhão e em Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras).

Segundo C. A. Ferreira de Almeida, da conjugação destes elementos é possível concluir que esta igreja, cuja construção decorreu entre os inícios e os meados do século XIII, adopta, simultaneamente, modelos da arquitectura regional do seu tempo, do românico do Alto Minho, da Andaluzia e mesmo de Castela<sup>10</sup>. Já na opinião de Manuel Real a unidade arquitectónica e o rigor plástico desta obra mostram que o templo deve ter sido edificado rapidamente, beneficiando de condições técnicas, materiais e financeiras de excepção, no panorama da obra românica em Portugal<sup>11</sup>, considerando que a construção da igreja foi realizada entre 1180 e 1195.

No Mosteiro de São Pedro de Ferreira é perceptível, segundo o mesmo autor, a presença de três mestres: um proveniente da região de Zamora, outro de Coimbra e ainda outro com experiência adquirida nos estaleiros do Vale de Sousa. As semelhanças com o *Portal del Obispo* da catedral de Zamora são evidentes, apesar de algumas diferenças no número de ressaltos, na decoração das jambas ou no recorte dos favos,



5. Fachada ocidental. Apresenta um portal inserido em estrutura pétrea, solução semelhante à das Igrejas do Salvador de Unhão, São Vicente de Sousa e Santa Maria de Airães.



6. Portal ocidental. A ornamentação das arquivoltas, singular no panorama do românico português encontra paralelos nos templos espanhóis de San Martiño de Salamanca e da Catedral de Zamora.

7. Portal ocidental.

9 ALMEIDA, C. A. Ferreira de – «O Românico». In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 92.

10 IDEM, *ibidem*, p. 92.

11 REAL, Manuel Luís – «A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística». Sep. de *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira, 1986, p. 256.







que naquela cidade espanhola são cordiformes enquanto em Ferreira são circulares. Manuel Real indica os exemplos dos portais de outras igrejas zamoranas – San Tomé, Santa Maria La Orta, Santo Ildefonso, Santiago del Burgo e San Leonardo – que apresentam favos circulares tal como acontece em Ferreira. Este mestre, ou os artistas que com ele trabalharam, demonstra igualmente rigorosos conhecimentos da escultura da Catedral de Santiago de Compostela, anterior à obra de Mestre Mateus, como refere Manuel Real. Este autor considera que os capitéis do portal ocidental são de rigoroso desenho compostelano<sup>12</sup>. A concepção da cabeceira dever-se-á igualmente ao mestre proveniente de Leão, contando embora com a colaboração de artistas oriundos de Coimbra. O andar superior do alçado interno encontra paralelos tanto na Sé Velha de Coimbra, como na colegiada de São Tiago, da mesma cidade. No último quartel do século XII, o mestre Soeiro Anes, que colaborara com o mestre Roberto na catedral conimbricense, assim como vários artistas que trabalharam no estaleiro da catedral de Coimbra, ter-se-ão deslocado para o Porto.

Na Sé portugalense e na igreja de São Martinho de Cedofeita, da mesma cidade, aqueles artistas adaptaram ao granito esquemas decorativos utilizados no calcário, elementos que chegaram igualmente a São Pedro de Ferreira. Um terceiro artista, desta vez com experiência adquirida na Igreja do Salvador de Unhão (Felgueiras), terá deixado a sua marca nas impostas do portal principal e nos capitéis do portal sul, bem como no tímpano do portal axial, hoje inexistente, que segundo a reconstrução, da autoria de Manuel Real e realizada a partir de fragmentos, em tudo se assemelhava ao tímpano de Unhão<sup>13</sup>.



8. Portal ocidental. Os capitéis e as impostas seguem modelos adoptados na Sé de Braga e no Mosteiro de São Pedro de Rates (Póvoa do Varzim).

210



9. Portal ocidental. Capitéis.



10. Portal ocidental. Capitéis, impostas arquivoltas.

12 REAL, Manuel Luís – «O românico português na perspectiva das relações internacionais». *Romanico. En Galicia y Portugal. Em Portugal e Galiza*. S./l.: Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 46-47.

13 REAL, Manuel Luís – «A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística». Sep. de *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira, 1986, p. 271.



11. Portal ocidental. Capitéis, impostas e arquivoltas.

A nave é um elemento que deve ser realçado dada a sua invulgar altura. Foi por essa razão que recebeu contrafortes no exterior e colunas adossadas no interior, que ajudam à sua sustentação. Segundo Manuel Real, não obstante a sua aparente simplicidade, a nave de São Pedro de Ferreira apresenta um plano bastante elaborado e o mais completo entre as igrejas românicas portuguesas de uma nave. A nave é constituída por quatro tramos, tal como a igreja portuense de São Martinho de Cedofeita, marcados exteriormente por contrafortes e interiormente por meias colunas que se adossam às paredes e cujos plintos são ricamente decorados<sup>14</sup>.

As fachadas laterais são rematadas superiormente por uma cornija formada por pequenos arcs assentes em mísulas, solução igualmente adoptada no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) e em São Pedro de Roriz (Santo Tirso), entre outros exemplares.

O que faz de São Pedro de Ferreira uma obra singular é, segundo Manuel Real, o facto de se conjugarem em harmonia, em partes comuns da igreja, desenhos arquitectónicos e motivos ornamentais referenciáveis às diversas regiões e oficinas: Zamora-Compostela, Coimbra-Porto e Braga-Unhão.



12. A nave da igreja recebeu colunas adossadas aos muros, embora seja coberta de madeira. A razão da existência das colunas que, exteriormente correspondem a contrafortes, está relacionada com a elevada altura da nave.

Não é muito comum, em Portugal, a existência de construções da Época Românica que aparentam uma tão acentuada rapidez na sua edificação. A construção de um templo era na maioria das vezes muito demorada, como demonstram as igrejas de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) e de São Salvador de Arnoso (Famalicão), entre outros exemplares. A interrupção das obras e as alterações de programa, detectáveis tanto nas marcas que deixaram na construção dos muros, como na utilização de gramáticas

<sup>14</sup> REAL, Manuel Luís – «A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística». Sep. de *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira, 1986, p. 258.



decorativas cronologicamente distintas, eram muito frequentes já que a edificação de um templo era, na Época Românica, muito onerosa. Os constrangimentos financeiros e os ritmos de financiamento para as obras obrigavam, por vezes, a longas interrupções. Os fundos para custear as construções tanto dependiam dos bens das instituições que encomendavam a edificação, como as sés ou as comunidades monásticas, como de doações oriundas de quem pretendia ser tumulado no espaço da igreja e ter direito a sufrágios, como ainda de esmolas e peditórios feitos na região ou em locais mais distantes. Nestas campanhas eram concedidos privilégios e indulgências especiais aos doadores. Como demonstra um documento do mosteiro de São Miguel de Bustelo (Penafiel), o bispo do Porto, D. Vicente Mendes, concedeu, em 1283, lugar nas suas indulgências e orações a quem contribuísse para a construção da igreja de São Pedro de Croca (Penafiel)<sup>15</sup>.

Normalmente, na Época Românica o templo começava a ser construído pela cabeceira, que podia ser sagrada assim que estava pronta, estando já definido o corpo da igreja pelo arranque das paredes exteriores, o que permitia a prática do culto enquanto as restantes parcelas iam sendo construídas. O intervalo de tempo decorrido entre a construção da cabeceira e a finalização da totalidade da obra podia ser de várias décadas. Se a Sé Velha de Coimbra demorou pouco mais de cinquenta anos a ser construída, já as Sés do Porto e de Braga foram edificadas muito lentamente<sup>16</sup>. Acresce ainda referir que, além dos intermitentes ritmos de financiamento, a construção era interrompida nos meses de Inverno. Os muros, parcialmente construídos, eram então cobertos por colmo que os protegia das águas pluviais, como documentam vários exemplares de iluminuras medievais. Geralmente, as paredes das igrejas românicas portuguesas são duplas sendo o espaço entre as duas faces preenchido com barro e pedra miúda. Este tipo de construção assegurava uma maior resistência, bem como uma melhor adaptabilidade às variações climáticas.

Embora não exista, praticamente, qualquer documentação sobre o processo da construção românica em Portugal, a análise dos edifícios com as suas marcas e os tipos de pedra utilizada, bem como o conhecimento sobre os estaleiros medievais noutros países europeus, permitem algumas conclusões.

O tipo de aparelho, isto é, a forma de dispor o material de construção em pedra ou tijolo, de blocos com a forma de sólidos geométricos, utilizado na construção românica, implicava o trabalho de pedreiros-montantes, assim como a existência de regras de corte nas pedreiras de onde eram extraídos os blocos de pedra. Junto da construção o pedreiro-canteiro quadriculava a pedra utilizando bitolas e esquadro. A face que ficava voltada para o exterior era, obviamente, a mais cuidada e bem aplanada e era aí que, habitualmente, se colocava a sigla. As outras faces do bloco de pedra aparelhado isto é, o silhar, eram igualmente quadriculadas mas não amaciadas, ficando a face ulterior em bruto. Os canteiros mais experientes talhavam as molduras, frisos e aduelas utilizando moldes e bitolas que o *magister operis* deveria fornecer. Os temas decorativos e figurativos eram realizados pelo canteiro-escultor através da técnica do talhe directo, recorrendo a desenhos prévios feitos em *cartões* que eram colocados sobre a peça a esculpir<sup>17</sup>.



13. A nave da igreja destaca-se pela sua invulgar altura.



14. Sigla

15 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978, pp. 29-20 (dissertação de doutoramento policopiada).

16 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, pp. 68-69.

17 Sobre este tema veja-se: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978, pp. 11-12 (dissertação de doutoramento policopiada).



15. Faç

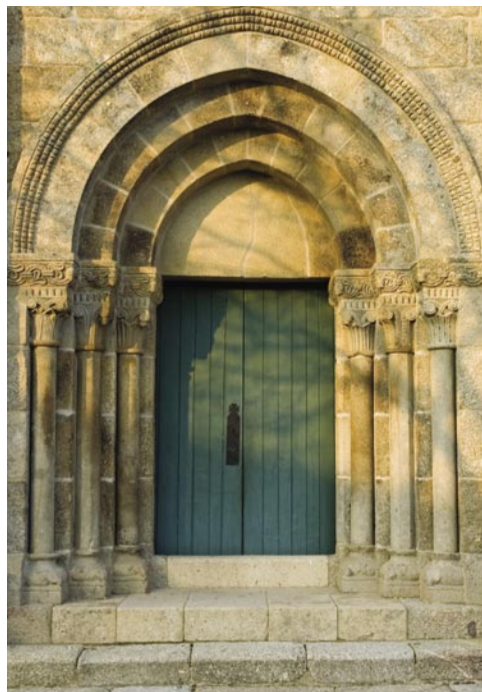


16. Fachada norte.





17. Portal norte.

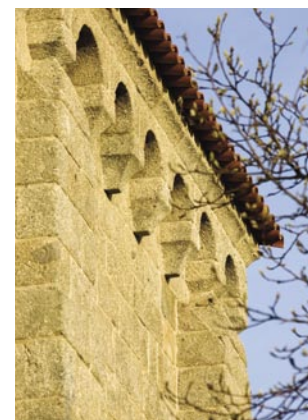


18. Portal sul.

O conhecimento sobre os mestres-pedreiros e os arquitectos é, igualmente, muito parcelar. No entanto, a escassa documentação é suficiente para concluir que o trabalho do arquitecto ou *magister operis* era bem pago e muito apreciado, resultando na concessão de privilégios de vária natureza. Uma igreja como a de São Pedro de Ferreira, com alguma complexidade na organização do alçado da cabeceira e no seu abobadamento, bem como nos alçados da nave, necessitou seguramente de mestres com bons conhecimentos técnicos.

Fronteira à fachada principal, esta igreja conserva a ruína de uma ante-igreja de função funerária, excelente e raro testemunho deste tipo de construções, que muitas igrejas românicas apresentavam. Este elemento correponde a um espaço reservado a enterramentos e a rituais fúnebres de que restaram exemplares nas igrejas de Santa Cristina de Serzedelo (Guimarães), Vilarinho (Santo Tirso) e Sanfins de Friestas (Valença), demolida aquando do restauro de 1935, bem como algumas parcelas, em São Salvador de Freixo de Baixo (Amarante). Também a igreja de São Martinho de Cedofeita (Porto), a julgar pela documentação, possuía uma construção semelhante, que no caso de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras) adquiriu uma dimensão muito mais monumentalizada. No Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) esta edificação situava-se lateralmente à igreja, tal como aconteceria em São Pedro de Roriz (Santo Tirso) e como exemplifica ainda hoje a capela lateral da igreja de São Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães).

A proibição dos sepultamentos dentro das igrejas, durante largo tempo, terá levado a estas soluções. Através de doações às comunidades monásticas, a nobreza escolhia as galilés como espaço de tumulação, assegurando a garantia de cumprimento das disposições testamentárias, por parte dos monges, como meio de alcançar a Salvação.



19. Fachada sul. Arcaturas sobre cachorros lisos.

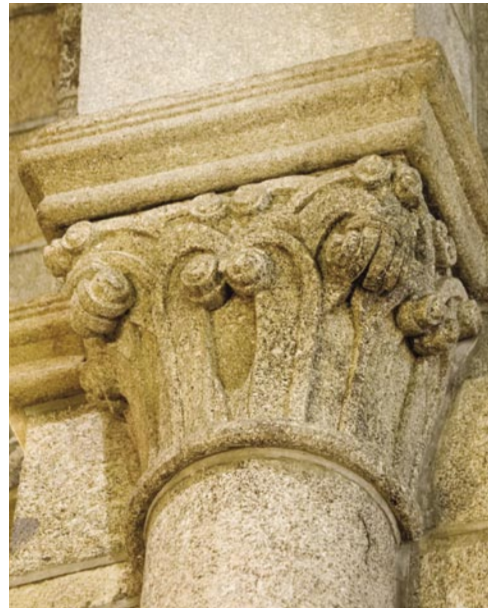


20. Capitel do interior da cabeceira.

Com a Época Românica coincide uma lenta viragem à cerca do destino imediato das almas dos defuntos. A crença no julgamento particular depois da morte e na viagem imediata da alma para o destino eterno começam a impor-se. O culto funerário reveste-se então, de novos aspectos. Uma vez que a salvação é cada vez mais atribuída aos méritos individuais da alma e das orações, cresce o valor e a quantidade dos sufrágios. Começa a estabelecer-se a missa pelos defuntos e os testamentos deixam bens aos mosteiros para a realização de missas pela alma. Na Época Românica, é nas galilés e nos pórticos laterais que se instalam os sepulcros<sup>18</sup>.

No entanto, apesar da sua função primordial ser funerária, as ante-igrejas eram também utilizadas para outras funções litúrgicas, como procissões, para reuniões de confrarias e paroquianos, para abrigo e ainda para sessões de julgamento e outros actos jurídicos<sup>19</sup>. Nos finais da Idade Média, as Constituições Sinodais preocupam-se em proibir, nas galilés e nas igrejas, as representações teatrais, os momos, as danças e cantigas profanas e as comidas, demonstrando o enraizamento destas práticas no espaço sagrado<sup>20</sup>.

As paredes do nártex de São Pedro de Ferreira não se encontram travadas na frontaria, segundo a opinião expressa por Manuel Real. O mesmo autor refere ainda que a ante-igreja não estaria prevista no projecto inicial, embora o perímetro da quadra capítular tenha sido concebido a contar com um avanço para além da fachada ocidental da igreja, como demonstram ainda hoje a porta sul da galilé e a ala potente da casa paroquial, uma vez que todo o complexo monástico desapareceu. A construção do nártex deverá ter sido realizada pouco tempo depois da conclusão do templo.



21. Capitel do interior da cabeceira.



22. Fronteira à fachada ocidental, conserva-se a ruína de uma ante-igreja de função funerária.

18 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, pp. 15-16.

19 IDEM, *ibidem*, pp. 32-33.

20 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978, p.12 (dissertação de doutoramento policopiada).



## 1.1. Escultura funerária

Dos túmulos desta igreja apenas restaram duas peças funerárias: um sarcófago trapezoidal e a tampa de sepultura com estátua jacente do túmulo de D. João Vasques da Granja.

Nesta última está gravada uma epígrafe, onde se lê:

HIC IACI(t) [Sic] / IOH(a)N(n)IS / VALA(s)CI / DE G(ran)JA / [...]

Esta epígrafe corresponde à inscrição funerária de D. João Vasques da Granja que se encontra apoiada no muro norte do nártex. Anteriormente às obras de restauro, a inscrição estava embutida no muro do cemitério.

Coube a Manuel Real o mérito de ter decifrado algumas das passagens mais difíceis deste letreiro, identificando a pessoa nele enterrada. Na realidade, e de acordo com a sugestão daquele autor, a inscrição revela o nome de João Vasques da Granja<sup>21</sup>.

Segundo Mário Barroca, a inscrição de D. João Vasques da Granja apresenta uma curiosa paginação, que denuncia o posicionamento do monumento no interior do templo, revelando que foi concebido para estar encostado à parede norte da nave da igreja, permitindo que, com a cabeceira voltada a ocidente, como mandavam as normas religiosas, a inscrição fosse legível<sup>22</sup>.

A estátua-jacente de D. João Vasques da Granja tem a particularidade de retratar o nobre trajando como peregrino e segurando o bordão. Conforme já notou Mário Barroca, o monumento deve resultar de uma encomenda do próprio tumulado, que preferiu figurar como peregrino, em atitude penitente, em vez de eternizar a imagem de um nobre, própria da sua condição social. Esta tampa de São Pedro de Ferreira constitui um dos poucos exemplares, entre os jacentes portugueses, que optaram por iconografar o defunto na condição de peregrino, tal como aconteceu com o jacente de D. Isabel de Aragão que, para além do hábito de Clarissa, ostenta o bordão e o bernal de peregrina, em alusão à sua deslocação a Santiago de Compostela<sup>23</sup>.

Na Idade Média, a figuração do tumulado não corresponde a um retrato, como afirma J. C. Vieira da Silva, na medida em que estas representações respondiam a expectativas muito mais amplas e complexas. Era a função ou o estatuto social que definiam uma personagem aos olhos dos outros, sendo a figuração do jacente uma idealização que cada um entendia ser mais adequada a si e ao grupo social e familiar a que pertencia<sup>24</sup>.

Quanto à identificação de D. João Vasques da Granja, sabemos que era filho de D. Sancha Gonçalves Peixoto e de D. Vasco Martins da Granja, tendo casado com D. Guiomar Rodrigues de Moraes, filha de D.



23. Estátua jacente de D. Vasques da Granja.



24. Epígrafe do túmulo de D. Vasques da Granja.

21 REAL, Manuel Luís – «A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística». Sep. de *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira, 1986, pp. 291-294.

22 BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. *Corpus Epigráfico Medieval Português*. Tomo II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 2032-2036.

23 IDEM, *ibidem*, p. 2034.

24 SILVA, José Custódio Vieira da – «Memória e Imagem. Reflexões sobre a Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV)». In *Revista de História da Arte*. Nº 1. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 56-57.

Rui Martins de Moraes e de D. Aldonça Gonçalves Moreira, como regista o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro.

Atendendo a estes elementos e às características, tanto do jacente como da epígrafe, Mário Barroca propõe uma datação de meados do século XIV, para este monumento funerário<sup>25</sup>. [LR]

## 2. A Igreja na Época Moderna

Segundo registos fotográficos, o Mosteiro de São Pedro de Ferreira acolhia até à década de 30 do século XX, altura em que ocorreram as obras de restauro por parte da DGEMN, um interior cujas componentes artísticas de maior impacto visual correspondiam a reformas ocorridas no edifício ao longo da Época Moderna. Assim, o altar-mor desta igreja, elevado em relação ao nível da nave, apresentava uma máquina retabular, em talha de gosto maneirista, que ocupava toda a altura da parede fundeira da capela-mor. Essa estrutura organizava-se em três registos horizontais colocados acima da base e, por sua vez, estava dividida segundo três faixas principais verticais, marcadas pela colocação de colunas emparelhadas nos extremos laterais do retábulo (no primeiro e segundo registo horizontal) e colunas isentas a demarcar a faixa vertical central onde estava colocado o sacrário e o trono eucarístico. Este retábulo incluía principalmente pintura, distribuindo-se pela estrutura sete quadros sobre os quais desconhecemos a iconografia representada.

No espaço da nave estavam mais quatro retábulos correspondentes aos altares colaterais, colocados do lado do Evangelho e do lado da Epístola e ainda a dois altares laterais colocados do lado do Evangelho. Pelos registos fotográficos publicados no Boletim da DGEMN dedicado a este monumento, reconhece-se que os altares colaterais e um dos altares laterais eram de gosto neoclássico, sendo um outro altar lateral uma estrutura de grandes dimensões de gosto maneirista que incluía escultura<sup>26</sup>.

Importa ainda referir que existia ainda um coro alto, apoiado por quatro elementos de sustentação, sobre a entrada principal da igreja. [MJMR / DGS]

## 3. Restauro e conservação

Presentemente, de todo o conjunto edificado na Idade Média, resta apenas a Igreja, já que todo o complexo dos aposentos conventuais sofreu profundas alterações.

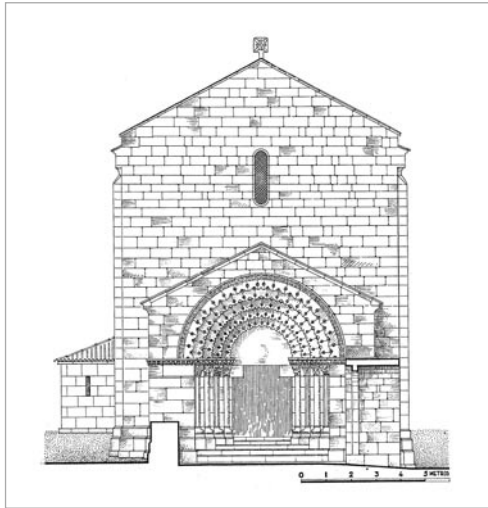
O princípio orientador no restauro seguido pela DGEMN está fundamentado no próprio Boletim nº 7, publicado em Setembro de 1937.

Para justificar as orientações do restauro, em Portugal, perante os elementos acrescentados em épocas posteriores à edificação, Miguel Tomé enumera os princípios orientadores da conservação e salvaguarda das alterações/acrescentos da Época Moderna.

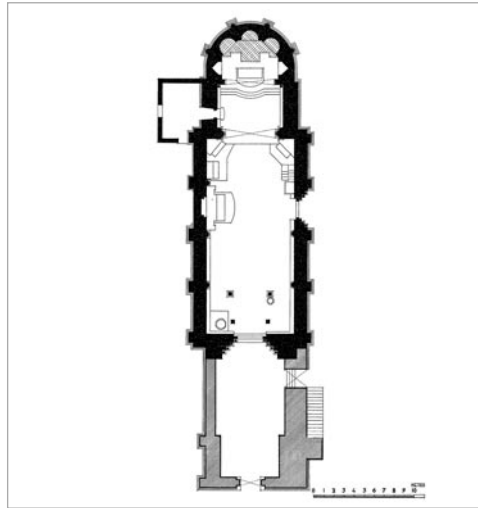
25 BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Tomo II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, p. 2036.

26 Vd. Figuras 3 a 42, «Igreja de São Pedro de Ferreira». *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Nº 7. Lisboa: DGEMN, 1937.





25. Alçado ocidental da igreja.



26. Planta anterior às obras de restauro da DGEMN.

218

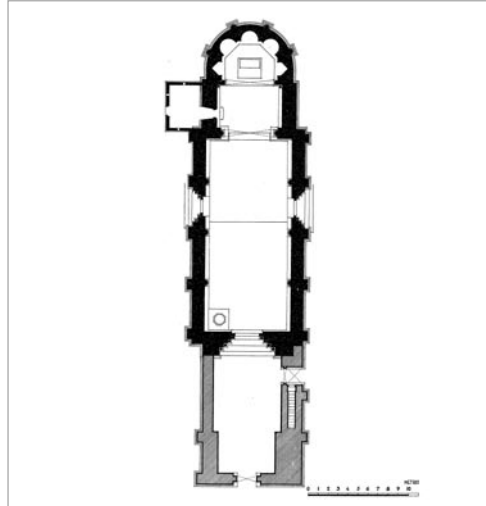
De facto, ao contrário do que muitas vezes está escrito, o restauro da responsabilidade da DGEMN, no quadro político do Estado Novo, não foi uniforme nem obedeceu a um princípio único no que diz respeito à metodologia. Os responsáveis pelas equipas de restauro fundamentaram os seus projectos em distintos critérios<sup>27</sup>:

- Integridade construtiva. Os elementos acrescentados mantinham-se perante uma avaliação do seu estado de conservação ou se apresentassem materiais de construção de carácter nobre associados aos indispensáveis sinais de antiguidade.
- Integração formal. A aceitação da *collage* dependia de uma ideia subjectiva de ajustamento formal entre os diferentes estratos artísticos que o edifício apresentava.
- Exemplaridade artística. A manutenção do objecto dependia da qualidade artística. Por vezes, esta qualidade era responsável pela transformação em peça museológica, retirando-lhe a sua anterior funcionalidade.
- Qualidade didáctica. A manutenção podia depender igualmente do que se considerava fundamental à compreensão (histórica e simbólica do edifício).
- Ocultação de elementos primitivos. A manutenção não se realizava se o elemento mais recente escondesse outro de superior valorização. Era frequente o apeamento de retábulos e a destruição de volumes adossados ou portais para revelar os pórticos ou vãos primitivos.

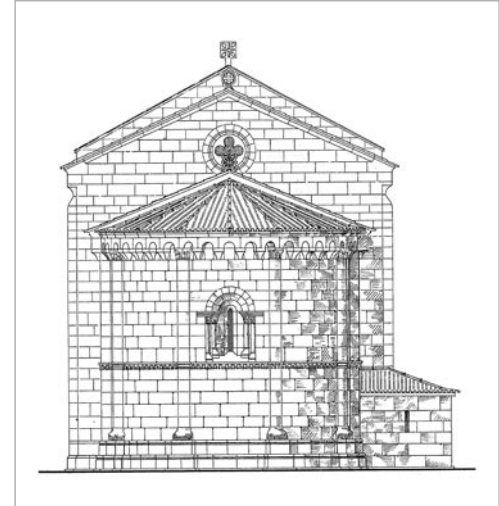
Em São Pedro de Ferreira foram então realizadas as seguintes obras:

- Demolição do coro que obstruía a nave e encobria parte da porta principal da igreja.
- Apeamento do altar-mor e de todos os outros (quatro) altares existentes na nave, um dos quais ocasionara o entaipamento do pórtico lateral do norte.

27 TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, pp. 39-40.



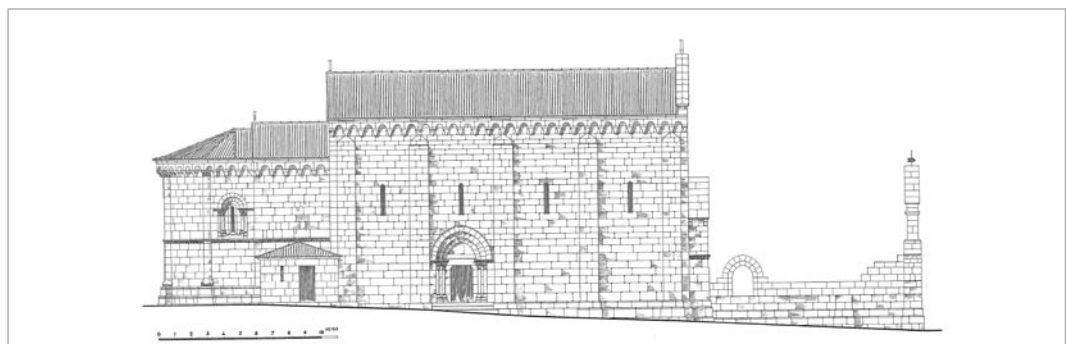
27. Planta posterior às obras de restauro da DGEMN.



28. Alçado oriental da igreja do Mosteiro de São Pedro de Ferreira.

- Apeamento do púlpito modernamente construído.
- Demolição da escada exterior improvisada junto da fachada sul do nártex, para dar acesso ao campanário, e desobstrução da escada primitiva, construída para igual fim no interior da mesma parede, bem como a da respectiva porta.
- Rebaixamento e lajeamento de todo o chão da nave e capela-mor, incluindo a construção dos degraus que ali separam os dois corpos do edifício.
- Demolição do anexo que fora construído na fachada do norte, junto da abside, para instalação da sacristia, e substituição desse edifício por outro de mais reduzida planta, com o fim de desafrontar os gigantes das paredes ofendidas pela construção e ainda o friso ornamentado da abside.
- Rebaixamento geral do pavimento do nártex e de todo o adro.
- Reparação dos degraus primitivos da porta principal, que se achavam soterrados.
- Demolição de uma parte das paredes do nártex que ocultava o ábaco esculpido do pórtico principal.
- Colocação, no mesmo pórtico, do tímpano e dos cachorros que o sustentam (estes serão completados com os labores que os devem realçar, depois de se estudar o mais adequado motivo ornamental).

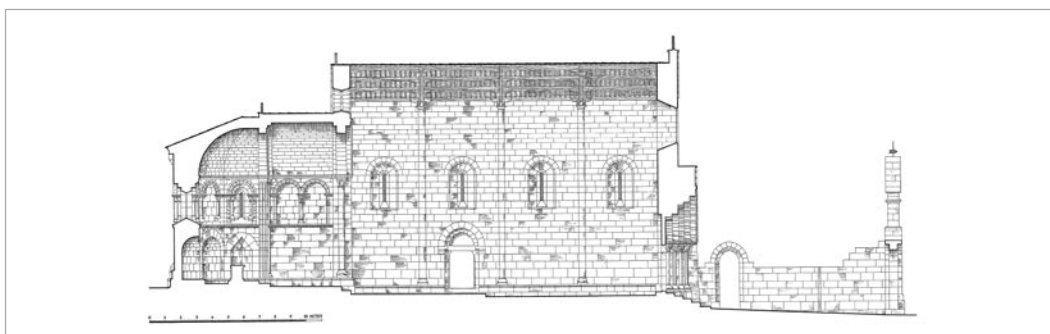
219



29. Alçado norte da igreja do Mosteiro de São Pedro de Ferreira



- Entaipamento da porta que fora aberta na fachada principal, para dar acesso ao coro.
- Reconstituição da empena da parede suplementar onde se abre o pórtico principal, depois de ter sido retirado um nicho que ali se introduzira modernamente para abrigar uma antiga imagem de S. Pedro. A esta imagem, assim deslocada, restituiu-se o lugar tradicional, na capela-mor.
- Desmonte e reconstrução de toda a armação do telhado, que se achava em ruína, e do tecto abobadado de madeira com que fora recoberta a nave.
- Construção e assentamento do novo telhado, compreendendo a armação completa e a cobertura com telha nacional dupla.
- Consolidação da abóbada e cornija da capela-mor e substituição da antiga cobertura por outra nova, de telha nacional dupla.
- Demolição da parede de silharia que entaipava o primitivo pórtico da fachada do norte, reconstituição dos degraus do mesmo pórtico e substituição da pedra inferior do respectivo tímpano.
- Demolição dos oito janelões da nave e substituição destes pelas primitivas frestas, totalmente reconstituídas com elementos que se encontraram durante as obras.
- Reconstituição de duas frestas molduradas da capela-mor, que tinham sido alargadas para se obter mais luz.
- Reconstrução da soleira e degraus da porta da fachada do sul, que haviam desaparecido.
- Reconstituição da rosácea da parede posterior da nave, sobre o arco triunfal.
- Limpeza geral das argamassas que encobriam a silharia da nave e ainda a das paredes e abóbada da capela-mor, com tomada de juntas em toda a silharia descoberta.
- Limpeza geral e tomada de juntas em todas as paredes exteriores da igreja.
- Construção e assentamento das portas exteriores.
- Construção e assentamento de uma cruz terminal na empena posterior da nave, depois de ser apeada e reconstituída a mesma empena.
- Substituição de diversas cantarias lisas que se encontravam mutiladas nas paredes interiores e exteriores da igreja, nomeadamente nos colunelos que interior e exteriormente guarnecem a capela-mor.
- Construção de um altar de pedra, maciço, com utilização de elementos primitivos encontrados durante as obras (parte do pedestal, mesa, etc.).
- Colocação de vitrais coloridos, com armação de chumbo<sup>28</sup>. [MB]



30. Corte longitudinal da igreja do Mosteiro de São Pedro de Ferreira.

28 «Igreja de São Pedro de Ferreira». *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Nº 7. Lisboa: DGEMN, 1937, pp. 29-32.

# Cronologia

Séc. X – Fundação;

Séc. XI – Primeira edificação românica (desaparecida);

Séc. XII-XIII – Segunda construção românica (existente);

Séc. XVIII – Alargamento das frestas da nave;

Séc. XX, 1930 – Obras de reparação da armação do telhado, levantamento do soalho, guias de sepulturas, desaterro e revestimento com lajeado da nave e capela-mor, assentamento de degraus interiores no pórtico, portas laterais e sacristia, apeamento dos altares de madeira, desaterro do adro incluindo do nártex, demolição da escada do campanário;

1932 – Conclusão da fresta na capela-mor, reconstrução de duas janelas laterais na abside central em cantaria semelhante a existente no eixo da mesma capela;

1933 – Construção do altar-mor em pedra, reparações no telhado;

1934 – Reconstrução das janelas da nave em cantaria, reconstrução parcial de colonelos interiores, reconstrução do telhado da capela-mor;

1940 – Escavação e remoção de terra em volta da igreja, construção e assentamento de portas exteriores em grossuras de castanho, demolição do anexo ligado à fachada norte e construção da sacristia, reparação dos degraus da porta axial, colocação dos cachorros e tímpano, demolição de uma parte das paredes do nártex;

1941 – Obras de reparações causadas pelos estragos do ciclone de 1941;

1945/46 – Reparções no telhado;

1950 – Obras de restauro e reparações nos telhados e portas;

1952 – Limpezas diversas;

1966 – Obras de conservação, trabalhos de electrificação, colocação de mobiliário, colocação da calçada junto à fachada e lajeamento do adro, diversas reparações e limpezas dos telhados;

1982 – Reparções de coberturas;

1986 – Obras de conservação e reparações diversas;

1989 – Obras de reparação nas coberturas;

1994/95 – Reparções na cobertura da capela-mor, revisão do telhado da nave, instalação eléctrica e carpintaria;

1999 – Obras de conservação;

2004/2005 – Obras de conservação geral do imóvel realizadas no âmbito do projecto da *Rota do Românico do Vale do Sousa*: coberturas, paramentos interiores e exteriores; conservação dos vãos exteriores e do campanário.